

EDITORIAL

Prezados leitores,

Com fluxo contínuo e periodicidade anual, a **Revista Athenas - Direito, Política e Filosofia** da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL), ISSN 2316-1833, ano IX, vol. I – jan./dez., 2020 é um projeto, sob a nova gestão do Professor Dr. Deilton Ribeiro Brasil que tem como objetivo promover o diálogo interdisciplinar entre o Direito e as demais áreas das Ciências Sociais Aplicadas.

Publicamos nessa nova edição 13 (treze) artigos, sendo o primeiro intitulado **“Covid-19 e a actuação da União Europeia em matéria de imigração”** de autoria do Professor Doutor Alejandro González-Varas Ibáñez da Universidade de Zaragoza, Espanha que propõe estudar os efeitos que a pandemia produziu na perspectiva das políticas migratórias, sanitárias e econômicas da União Europeia e de seus Estados membros.

O segundo artigo com o verbete **“O dano socioambiental decorrente da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau não região do complexo do Rio Madeira e seus reflexos sobre o reassentamento Nova Mutum Paraná”** da lavra do Professor Doutor Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho Professor dos Programas de Mestrado em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do Mestrado em Constitucionalismo e Direitos na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas em coautoria com o mestrando Kelvin William da Silva Dias e Doutoranda em Função Social do Direito pela FADISP Carla Cristina Alves Torquato que analisam os impactos socioambientais sofridos em algumas comunidades ribeirinhas que habitam na região do rio Madeira desde tempos que remontam a construção da Estrada de Ferro Madeira - Mamoré, sendo este rio um dos afluentes da bacia hidrográfica amazônica que nasce da junção dos rios Beni (Bolívia) e Mamoré, em razão da implantação das hidrelétricas do complexo hidrelétrico do Madeira na região Amazônica.

O terceiro texto **“Da violação à segurança jurídica em face da alteração de maus-tratos aos animais: críticas à lei nº 14.064/20”** de autoria do Professor Doutor Lourival José de Oliveira em coautoria com a mestranda Franciele Barbosa Santos e a aluna especial de mestrado Lillian Zucolote de Oliveira, elege como tema de pesquisa a efetividade da proteção destinada pelo ordenamento brasileiro aos animais não humanos e se ela tem violado ou não princípio da proporcionalidade e a segurança jurídica interna, especialmente no que tange ao

artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais e as alterações promovidas pela recente publicação da Lei nº 14.064/20. Os autores concluem no sentido de que a ampliação exacerbada da pena do crime de maus-tratos cometido contra cães ou gatos fere a segurança jurídica e o princípio da proporcionalidade, bem como indicam a necessidade da concretização de medidas preventivas e ressocializadoras na conscientização do indivíduo e da sociedade.

Por seu turno, o quarto artigo com o título **“Ensino e extensão: uma análise sobre trajetória pela afirmação da extensão universitária no Brasil e um retrato dos projetos da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete-MG”** do Professor Dr. Leonardo Alves Lamounier em coautoria com o Professor Mestre Eduardo Moraes Lameu Silva e Professor Mestre Waidd Francis de Oliveira, analisa as modificações feitas nos cursos de graduação pela Resolução nº 7/2018 do Ministério da Educação, referente à exigência do desenvolvimento de práticas extensionistas trazendo um relato dos projetos de extensão implementados na Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete-MG. Como resultados alcançados concluem que projetos de extensão possibilitam uma formação técnica do aluno voltada para a interação com a sociedade e a FDCL vem buscando excelência nesse aspecto.

“A denúncia da injustiça e a descoberta da verdade” do Professor Doutor António de Castro Caeiro da Universidade Nova de Lisboa é um texto elaborado pelo autor para palestra proferida em comemoração por ocasião dos 50 anos de fundação da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL) e traz uma reflexão filosófica sobre os muitos motivos pelos quais não queremos denunciar o que alguém faz de mal, o que é mau, o que é vergonhoso, o que é ilícito ou criminoso. Entretanto, não podemos calar as injustiças, não podemos defender sempre a todo o custo quem quer que seja. E conclui que a acusação do injusto e a denúncia da injustiça são um postulado moral que evita males maiores, sossega a consciência, protege inocentes, repara o mal feito às vítimas, na medida do possível faz-se justiça.

O sexto trabalho intitulado **“Segurança de barragens: panorama histórico da legislação brasileira”** de autoria do Professor Doutor Rafael Costa Freiria em coautoria com a Professora Doutora Laura Maria Canno Ferreira Fais e a mestranda Daniela Carolina da Costa e Silva tem como objetivo analisar os principais padrões de conduta e possível repercussões da Política Nacional de Segurança de Barragens e a regulamentações que a complementa. Os autores concluem que apesar da vigência da nova Lei, observou-se que acidentes continuam acontecendo. Sendo assim, tem-se como desafio da atualidade conferir o máximo de efetividade para a Política Nacional de Segurança de Barragens, implementando

da melhor forma possível seus principais instrumentos, para que esta se torne cada vez mais efetiva.

O Professor Doutor José Tadeu Neves Xavier e a Professora Doutora Mariângela Guerreiro Milhoranza da Rocha optam pela análise sobre **“A coletivização da tutela ambiental sob a égide dos ensinamentos de Max Horkheimer e Theodoro Adorno”** com destaque para a Teoria Crítica e dos ensinamentos da Escola de Frankfurt, uma nova visão de cooperação ambiental estruturada à luz do processo de integração homem/natureza. Para os autores é necessária uma visão de cooperação eis que não há como dissociar o homem da natureza: não há como dissociar o sujeito do objeto no âmbito da coletivização da tutela ambiental e do desenvolvimento sustentável.

O oitavo artigo **“Os reflexos socioambientais do hiperconsumo e o constitucionalismo latino-americano: um breve estudo a partir da indústria cultural de Theodor Adorno e Max Horkheimer”** da Professora Doutora Cleide Calgaro da Universidade de Caxias do Sul (UCS) em coautoria com o Professor Doutor Agostinho Oli Koppe Pereira da Universidade Federal de Passo Fundo (UFPF) investigam a possibilidade de se estabelecer modificações estruturais sociais é discutida neste, rompendo com o modelo constitucional eurocêntrico e criando uma sociedade socioambiental. Para os autores, o novo constitucionalismo latino-americano é analisado juntamente com a indústria cultural de Theodor Adorno e Max Horkheimer, possibilitando crítica à sociedade hiperconsumista e à cultura de midiática de dominação e alienação do cidadão.

Em **“A substantivação da cidadania no discurso de e sobre refugiados no Brasil: imagens de justiça no discurso de crise”** da Professora Doutora Jael Sânera Sigales Gonçalves da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Professora Mestra Julieth Lais do Carmo Matosinhos Resende da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete (FDCL), o norte é o estudo das imagens de justiça representadas em discursos produzidos por e sobre refugiados no Brasil. Busca-se compreender tensões ideológicas constitutivas das condições materiais de existência dos refugiados enquanto sujeitos revestidos de direitos sociais bem como analisar enunciados reunidos em dois *corpora*: *corpus* com o discurso de refugiados; e *corpus* com o discurso de brasileiros. As autoras apontam para representações de justiça cujas imagens colocam o Direito como instância nodal e contraditória da constituição do sujeito refugiado como (não) sujeito de direitos no Estado Social.

O décimo trabalho tem como título **“O direito fundamental ao acesso à justiça na própria língua: incursões acerca do princípio da igualdade em matéria processual”** da lavra do Professor Doutor Ricardo Nascimento Abreu da Universidade Federal de Sergipe

acena no sentido da realidade plurilíngue nacional tem começado a levantar indagações acerca da tensão entre o direito do Estado em impor uma língua oficial e os instrumentos de direitos humanos e direitos fundamentais positivados nas constituições que garantem aos falantes das minorias linguísticas o direito de buscar os órgãos do judiciário em suas próprias línguas. Para o autor, a atual Constituição Federal e a legislação processual infraconstitucional não contemplam os brasileiros falantes de línguas de imigração que, juntamente com os indígenas “integrados”, veem mitigado, por diversas vezes, seu direito fundamental de utilizar a própria língua materna.

O décimo-primeiro artigo com o verbete **“O sistema global terrestre como novo ramo do direito e os paradigmas do antropoceno: uma análise no contexto da pandemia 2020”** da Professora Doutora Giulia Parola da UNIRIO em coautoria com a mestranda Juliana Mattos dos Santos Joaquim partem do entendimento que vem surgindo na doutrina de que o crescimento econômico é visto como indissociável dos impactos ambientais devido ao nível de desenvolvimento que a humanidade atingiu. A globalização permitiu não apenas a troca de informações, mas também danos, doenças e a quebra das fronteiras planetárias. Para as autoras, a interação humana causou um efeito bumerangue, onde os avanços são sentidos mesmo que ocorram do outro lado do globo.

O décimo-segundo trabalho é uma resenha da obra **“Direito à educação para refugiados: um estudo da (in)efetividade normativa a partir da teoria do reconhecimento de Axel Honneth”** da autora Letícia Mirelli Faleiro e Silva realizada pelo Professor Doutor Rubén Miranda Gonçalves da Universidade Internacional de la Rioja, Espanha. Para ele, a autora se concentra em averiguar se esse direito à educação dos refugiados é efetivo, não só do ponto de vista normativo, mas também através do reconhecimento dos refugiados na perspectiva filosófica desenvolvida por Axel Honneth em sua teoria do reconhecimento.

Por último, o décimo-terceiro texto, com o título **“Pureza e poder: a teoria de Kelsen sob o enfoque de Warat”** do Professor Doutor Daniel Machado Gomes da Universidade Católica de Petrópolis (UCP) em coautoria com as mestrandas Cláudia Aparecida da Silva Pires e Lohany Dutra Amorim destacam o positivismo de Hans Kelsen que constitui uma das fontes indispensáveis à compreensão do Direito no século XX. O autores procuram evidenciar a relação entre poder e pureza no pensamento kelseniano, a partir das reflexões propostas por Luis Alberto Warat.

Ainda para a edição desse número convidamos vários renomados Professores Doutores vinculados a diversas Instituições de Ensino Superior de vários Estados brasileiros e

também de muitos países estrangeiros como Espanha, Iraque e Albânia para comporem o Conselho Editorial além de outros Professores para integrar o Corpo de Pareceristas *ad hoc*.

Agradecemos aos nossos autores e avaliadores pela colaboração e confiança e pelo excelente trabalho realizado. Sem o empenho e dedicação de vocês, esta edição não seria possível.

Aqui também deixamos o nosso agradecimento pelo apoio constante e incondicional do nosso Diretor Professor Cirley José Henriques e do Diretor de Controle Acadêmico Professor Álisson Thiago de Assim Campos, extensivo para a secretária executiva Elizângela Sales da Silva e ao técnico responsável Darlan Ferreira Maia.

Lembramos que as submissões para a Revista Athenas - Direito, Política e Filosofia, ano X, vol. I - jan./dez., 2021 são permanentes e devem ser encaminhadas para o e-mail: revista@fdcl.edu.br

Boa leitura!

Deilton Ribeiro Brasil

Editor